



## Correntes teóricas da Biblioteconomia

Carlos Alberto Ávila Araújo

**Resumo:** A Biblioteconomia se constituiu, como disciplina científica, no final do século XIX, a partir da consolidação de um modelo que valorizava as coleções custodiadas nas bibliotecas e os princípios de catalogação e classificação destas coleções. Foi com o desenvolvimento de teorias e pesquisas no século XX, sistematizadas neste texto em quatro eixos, que a Biblioteconomia ampliou seu escopo de estudos e problematizações. Como efeito desta ampliação, desenham-se perspectivas contemporâneas voltadas para as mediações, competências e tecnologias.

**Palavras-chave:** Biblioteconomia. Epistemologia da Biblioteconomia. Correntes teóricas da Biblioteconomia.

### 1 INTRODUÇÃO

A história das bibliotecas e das práticas biblioteconômicas é milenar. Sua construção enquanto campo de conhecimento autônomo vem se processando nos últimos cinco séculos, sendo que sua consolidação como uma disciplina científica se deu no final do século XIX. De lá para cá, diversos estudos, práticas e reflexões foram se desenvolvendo, constituindo diferentes correntes de estudo, que resultam hoje na riqueza e diversidade que compõe o campo da Biblioteconomia.

O objetivo deste texto é apresentar uma sistematização dessa produção científica diversa, por meio do agrupamento de teorias e reflexões a partir de sua filiação, mais ou menos explícita, às diversas correntes de pensamento que perpassam, de uma maneira geral, as várias ciências sociais e humanas – nas quais a Biblioteconomia se insere como modalidade específica do conhecimento científico.

Nesse sentido, este texto se insere numa perspectiva próxima da história e da filosofia das ciências, como estratégia de pensamento para sua construção. Portanto, as ideias aqui apresentadas não pretendem ter vinculação com as práticas dos bibliotecários e sua vinculação a uma ou outra das correntes teóricas apresentadas, na medida em que o objeto trabalhado consiste apenas da reflexão teórica produzida no âmbito da Biblioteconomia.

Ainda que se verifique, ao longo do século XX, uma intensa aproximação entre os campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação (com a Biblioteconomia promovendo vários estudos sobre os fenômenos informacionais e a Ciência da Informação sobre os

fenômenos biblioteconômicos), neste texto serão analisadas apenas as produções teóricas específicas da Biblioteconomia. Não se pretende entrar, portanto, no debate sobre os tipos de relacionamentos existentes entre essas duas áreas.

## **2 DAS ORIGENS À CONSOLIDAÇÃO CIENTÍFICA**

A origem da Biblioteconomia conduz às primeiras atividades culturais humanas – as ações de interpretar o mundo e de produzir registros materiais dessas interpretações em qualquer tipo de suporte físico. É uma parte destes primeiros registros materiais que constitui a origem daquilo que séculos depois serão as coleções das bibliotecas (CHARTIER, 1998). Com a invenção da escrita e do estabelecimento das primeiras cidades, no início dos processos de sedentarização das coletividades, apareceram as primeiras manifestações de espaços específicos (que serão, séculos depois, as “bibliotecas”) voltados para a guarda e a preservação desses registros de conhecimento, sendo a Biblioteca de Alexandria considerada instituição paradigmática nesse sentido.

No Egito Antigo, na Grécia Clássica, no Império Romano, nos mundos árabe e chinês do primeiro milênio e na Idade Média na Europa, ergueram-se e consolidaram-se bibliotecas relacionadas com os mais diversos acervos – religiosos, literários, científicos, políticos, entre outros (LÓPES-CÓZAR, 2002).

Contudo, foi após o Renascimento, a partir do século XV, que começaram a surgir os primeiros traços efetivos daquilo que se poderia chamar de um conhecimento teórico específico da Biblioteconomia. Com o Renascimento, renasceu o interesse pela produção humana, pelas obras artísticas, filosóficas e científicas – tanto as da Antiguidade Greco-Romana como aquelas que se desenvolviam no próprio momento.

Salientou-se assim o interesse pelo culto das obras, pela sua guarda, sua preservação. Proliferaram, a partir do século XVII, tratados e manuais voltados para as regras de procedimentos nas instituições responsáveis pela guarda das obras, para as regras de preservação e conservação física dos materiais, para as estratégias de descrição formal das peças e documentos, sendo que *Advis pour dresser une bibliothèque*, de Gabriel Naudé, publicada em 1627, marcou a “transição da biblioteconomia empírica para a moderna prática bibliotecária” (FONSECA, 1979, p. 11).

Com a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas na Europa, que marcaram a transição do Antigo Regime para a Modernidade, ocorreu uma profunda transformação em todas as dimensões da vida humana – inclusive nas bibliotecas. Surgiu aí o conceito moderno de “Biblioteca Nacional”, que tem no seu caráter público sua marca distintiva. São formadas as grandes coleções, são realizados amplos processos de aquisição e acumulação de acervos – o que reforçou a natureza custodial destas instituições. A necessidade de se ter pessoal qualificado para as nascentes instituições modernas levou à formação dos primeiros cursos profissionalizantes voltados para regras de administração das rotinas destas instituições. Um exemplo desse tipo é produção é o *Manuel du bibliothécaire, accompagné de notes critiques, historiques et littéraires*, de Jean Pie Namur, publicado em 1834.

Por fim, com a consolidação da ciência moderna como forma de produção de conhecimento, também o campo das humanidades viu-se convocado a se constituir como ciência. Surgiram no século XIX aqueles que seriam os precursores do estabelecimento do projeto de constituição científica da Biblioteconomia: a consolidação de teorias e regras de catalogação (como as de Panizzi, de 1841, e de Jewett, de 1852) e dos sistemas de classificação bibliográfica (sendo o mais importante deles o de Dewey, de 1876). O modelo de ciência então dominante, oriundo das ciências exatas e naturais, voltado para a busca de regularidades, estabelecimento de leis, ideal matemático e intervenção na natureza por meio de processos técnicos e tecnológicos, se expandiu para as ciências sociais e humanas através do Positivismo. Esse é o modelo que inspirou as pioneiras conformações científicas da Biblioteconomia, que privilegiou os procedimentos técnicos de intervenção: a catalogação e a classificação.

Mais do que oposições, os três movimentos acima destacados se somaram, constituindo um grande modelo ou “paradigma”. A perspectiva patrimonialista voltou-se para os “tesouros” que devem ser custodiados, ressaltando a importância da produção simbólica humana. A entrada na Modernidade enfatizou as especificidades da instituição biblioteca, que devia ter estruturas organizadas e rotinas estabelecidas para o exercício da custódia. E a fundamentação positivista priorizou as técnicas particulares da Biblioteconomia a serem utilizadas para o correto tratamento do material custodiado.

Contudo, ao longo do século XX, foram se desenvolvendo pesquisas, reflexões e estudos em diferentes países e realidades, que foram gradualmente conduzindo à superação

deste paradigma, e levando por fim a abordagens contemporâneas que problematizam as bibliotecas a partir de um quadro explicativo muito mais complexo. Tais estudos são apresentados a seguir organizados em quatro eixos, segundo sua filiação a correntes teóricas mais amplas das ciências humanas e sociais.

### **3 O APORTE DO PENSAMENTO FUNCIONALISTA**

O modelo vigente no final do século XIX, como visto, acabava por privilegiar um pensamento voltado essencialmente “para dentro”: para os documentos e coleções guardadas nas bibliotecas; para as rotinas e dinâmicas das bibliotecas; e para as regras de catalogação e classificação das coleções. Mas ainda no final do século XIX surgiram também manifestos e iniciativas que evocavam mudanças no modo de se conceberem as bibliotecas. Adjetivos como “viva”, “dinâmica” e “ativa” começam a ser usados para apontar a direção de uma necessária mudança a ser operada nestas instituições de modo a combater sua inércia e seu fechamento sobre si mesmas, seu isolamento do conjunto geral da sociedade. Assim se desenvolveram as teorias funcionalistas<sup>1</sup> da Biblioteconomia, ao longo do século XX.

Uma importante e pioneira expressão do pensamento funcionalista na Biblioteconomia encontra-se na obra do espanhol Lasso de la Vega. Em seu tratado sobre o assunto, o autor argumenta que, inicialmente, as bibliotecas eram instituições voltadas unicamente para a conservação dos livros e que, naquele momento (década de 1950) estavam passando a se constituir como instituições pedagógicas ativas, verdadeiras “universidades populares” (LASSO DE LA VEGA, 1952, p. 03). Assim, o autor apresenta uma mudança no conceito da profissão de bibliotecário, não mais como um conservador do “museu do livro”, de “braços cruzados” limitando-se a ver como os usuários usam os livros, mas um agente propulsor de cultura. E situa essa mudança de postura em meados do século XIX, com os movimentos pela biblioteca pública na Inglaterra.

Sobre essa origem, deve-se destacar que “o conceito de biblioteca aberta ao público, de forma gratuita e a horas fixas, surge ainda no decurso do século XVII” (REBELO, 2002, p.

---

<sup>1</sup>O Funcionalismo representa uma forma de se estudar a realidade humana baseada essencialmente numa analogia entre a lógica social e a lógica biológica, daí resultando em modelos “organísmicos” de compreensão: a existência de um todo composto por “órgãos”, cada um deles desempenhando suas funções. Tal abordagem surgiu nos campos da Sociologia com Durkheim, da Antropologia com Malinowski e na Psicologia com Watson, se expressando depois em outros campos aplicados como a Pedagogia, a Comunicação Social, a Administração e, como discutido no texto, a Biblioteconomia.

80). Porém, “os fundos das primeiras bibliotecas populares estavam completamente desajustados dos interesses e das necessidades da maior parte dos potenciais leitores” (REBELO, 2002, p. 163). O autor identifica que as primeiras bibliotecas públicas ainda não o eram efetivamente, pois continuavam elitistas, tanto em sua postura na relação com os leitores como em relação aos acervos (construídos em grande parte a partir do confisco de coleções do clero e de alguns aristocratas) de que dispunham. Um retrato desse tipo de biblioteca é apresentado a seguir: “Fechadas em si mesmas, solenes e pouco convidativas, dificultando muitas vezes o acesso à informação, com fundos que pouco ou nada têm a ver com os interesses da generalidade da população” (NUNES, 1996, p. 57).

O mesmo autor aponta que surgia a necessidade de mudança contra o “conceito elitista de biblioteca, encarada apenas como depósito de conservação de livros nunca lidos ou de acesso reservado apenas para os eleitos” (NUNES, 1996, p. 57). Assim, a nova perspectiva se insurgia contra a constatação de que “o ‘espírito de conservação’ sobrepõe-se ao de divulgação”, sendo que o “acolhimento de utilizadores e a função de referência, tarefas normalmente consideradas secundárias” (NUNES, 1996, p. 56). Essa realidade irá começar a mudar na Inglaterra, onde “a ideia da verdadeira biblioteca pública surgiu no começo do século XIX, com o movimento liderado por Horace Mann e Henry Barnard, em favor da educação para todos os segmentos da sociedade” (FONSECA, 1992, p. 64).

Assim, os *Public Library Movements* destacam, por um lado, a importância de se atingir todos os indivíduos da sociedade, propondo uma reformulação do conceito de biblioteca (passando a entendê-las como agentes ativos no processo democrático). Por outro lado, diversas inovações práticas surgem nas bibliotecas para aumentar a acessibilidade física e intelectual (priorizando os serviços de referência, adequando os acervos, criando instrumentos mais fáceis para a busca, entre outros). Data de 1876, aliás, o discurso *The desirableness of establishing personal intercourse and relations between librarians and readers in popular libraries*, de Samuel Green, tido como o “texto germinal dos posteriormente chamados Serviços de Referência” (FONSECA, 1992, p. 78).

O salto teórico-conceitual dessa abordagem ocorreu com o grupo de pesquisadores reunidos na *Graduate Library School* da Universidade de Chicago, onde em 1928 foi criado o primeiro programa de doutoramento em Biblioteconomia. Para López-Cózar (2002), o grupo de Chicago foi fundamental para a mudança de uma Biblioteconomia de orientação meramente profissionalista para uma científica. Entre os principais trabalhos do grupo, ele

destaca o livro *Investigating Library Problems*, publicado por Douglas Waples em 1939, que constitui o primeiro manual de metodologia de pesquisa em Biblioteconomia, e o livro *An introduction to Library Science*, de Butler, de 1933, que representa um “novo paradigma” (LÓPES-CÓZAR, 2002, p. 63) na medida em que busca substituir a *Library Economics* consagrada pela Universidade de Columbia por uma *Library Science*.

A mais elaborada análise funcionalista do significado da biblioteca é realizada por Shera (1976), para quem cada sociedade forma e utiliza suas coleções de registros materiais de conhecimento de uma forma particular - ou seja, os movimentos culturais são determinantes na conformação da instituição biblioteca (na natureza de sua coleção, dos serviços oferecidos e das formas de ela ser administrada). Para Shera, o fundamento da biblioteca se encontra no fato de existir para ir ao encontro de certas necessidades sociais. As funções da biblioteca variam em função das necessidades das diferentes sociedades nas diferentes épocas e, assim, a biblioteca deve ser mais do que “truques para encontrar determinado livro”, deve atender a sociedade em todas as suas potencialidades.

Num contexto radicalmente diferente, a Índia, aparece uma outra teorização de natureza acentuadamente funcionalista - o trabalho de Ranganathan. Entre as diversas contribuições deste autor (como a teoria da classificação facetada), destaca-se seu livro *Five Laws of Library Science*, de 1931. Nela, o autor apresenta aquelas que entende como sendo as cinco leis da Biblioteconomia: os livros são para uso; a cada leitor, seu livro; a cada livro, seu leitor; poupe o tempo do leitor; a biblioteca é um organismo em crescimento. Por detrás da aparente obviedade de alguns enunciados, encontra-se uma problematização que busca justamente enfatizar a importância do efetivo uso da biblioteca e de seus recursos e, ao mesmo tempo, o atendimento às necessidades da sociedade, por meio do atendimento a cada um de seus componentes.

Por essa via aberta por Ranganathan, acabou ocorrendo uma aproximação entre a Biblioteconomia e a teoria sistêmica<sup>2</sup>, com diversos estudos posteriores analisando a biblioteca como um sistema, composta por subsistemas de entrada (seleção e aquisição; descrição e representação; organização; armazenamento); de saída (análise de questões; busca e recuperação; disseminação) e de avaliação (ARAÚJO, 1994).

---

<sup>2</sup> A Teoria Sistêmica tem origem nos trabalhos do biólogo Bertalanffy e se converteu num método geral de análise utilizados por diversas disciplinas científicas. Seu pressuposto básico é o primado do todo sobre as partes, isto é, algo só pode ser estudado a partir da identificação de seus elementos constituintes e da interrelação entre eles. A abordagem funcionalista é, desse modo, um tipo específico de estudo sistêmico.

#### 4 A PERSPECTIVA CRÍTICA

Ao longo do século XX, o impacto do pensamento crítico sobre o positivismo<sup>3</sup>, a sociedade e o ser humano começou a se manifestar no espaço reflexivo sobre as bibliotecas. Também tendo como centro de preocupação as relações as bibliotecas e a sociedade, desenhou-se uma perspectiva calcada sobretudo na denúncia de processos de dominação, de ações ideológicas ocultas por detrás de práticas tidas como pretensamente neutras, no questionamento sobre as reais necessidades a serem atendidas e sobre os enquadramentos culturais promovidos. Essa abordagem se construiu tanto na crítica ao paradigma patrimonialista quanto à corrente funcionalista. Seu ponto de partida é uma concepção da realidade humana como fundada no conflito, na luta de interesses entre atores em posições desiguais por condições de domínio e legitimidade – por meio principalmente (mas não só) do conceito de ideologia.

A manifestação de uma perspectiva crítica na Biblioteconomia se deu de forma bastante vinculada aos processos de redemocratização após ditaduras militares, nos quais houve forte censura à circulação de livros. Assim, num primeiro momento, desenhou-se um conjunto de práticas voltadas para população excluídas ou marginalizadas (extensão bibliotecária, carros-biblioteca, serviços de caixa estante) que buscavam alargar o acesso físico aos livros por meio da proximidade espacial. Em muitos casos, tais práticas passaram a ser descritas como de “ação cultural” ou de “animação cultural”. Para além do conjunto de iniciativas práticas e linhas de atuação geradas no campo biblioteconômico, houve também uma importante contribuição epistemológica.

Uma das mais completas sistematizações dessa aproximação teórica entre as discussões sobre ação cultural e a Biblioteconomia é o trabalho de Flusser (1983). O autor apresenta duas possíveis ideias de cultura: uma que a vê como um conjunto de objetos, artefatos, portanto um acervo, estoque; e outra que a entende como conjunto de representações, visões de mundo, práticas sociais (cultura como “contexto” em oposição a “acervo”). A estas duas definições correspondem duas compreensões sobre como deve ser o

---

<sup>3</sup> O Positivismo consiste na aplicação de métodos e princípios das ciências exatas e biológicas aos fenômenos humanos e sociais. Uma de suas principais expressões é, justamente, o Funcionalismo. A perspectiva crítica nasceu como sua oposição, propondo uma especificidade das ciências humanas e sociais. Sua origem está vinculada ao Marxismo no campo da Sociologia, à Psicanálise no campo da Psicologia e da Antropologia Cultural no campo da Antropologia. Depois, tal abordagem também chegou aos campos aplicados da Pedagogia, da Comunicação Social e, como discutido neste texto, da Biblioteconomia.

contato com a cultura (com a herança cultural): uma que a entende como uma herança universal, acumulada pela humanidade, um conjunto unitário, e outra que a vê como produto de experiências de tensões e lutas políticas. É justamente aí que se insere o trabalho do bibliotecário, da biblioteca como instrumento de ação cultural.

O autor defende uma proposta de ação profissional para o bibliotecário não como agente da domesticação, numa ação manipuladora, normativa, buscando a interiorização de certos valores, mas sim como agente da emergência cultural, numa prática libertadora, transgressora, proporcionando o surgimento da criação e da invenção. Não seria mais um bibliotecário que “sabe quais livros devem ser consultados e considerados bons, ou não consultados” (FLUSSER, 1983, p. 161), que determina o que vamos ler, o que é boa ou má literatura, mas alguém que permite que o usuário “pronuncie a sua própria palavra”, tendo “influência sobre quais livros compõem o acervo” (FLUSSER, 1983, p. 161).

Expressões concretas dessa linha de pensamento estão presentes em redefinições do conceito de biblioteca, entendendo esta como “centro de cultura” (MILANESI, 1997). Outros trabalhos de natureza prática, sob essa inspiração, buscavam substituir o “depósito silencioso de livros” que era a biblioteca “tradicional” por “instituições sociais, dinâmicas e vivas, em que a participação do povo se faça sentir” (BRITO et al, 1983). Foi retomada dessa forma a expressão “biblioteca pública” (também muitas vezes entendida como um tipo especial de biblioteca pública, a “biblioteca popular”), mas num quadro de sentido bastante diferente do modelo funcionalista – embora as designações “viva” e “dinâmica” apareçam em ambos os modelos.

Uma perspectiva bastante diversa de reflexão crítica na Biblioteconomia deu-se com a concretização do Grupo de Pesquisa sobre o Escrito e o Documento na França envolvendo, entre outros, Robert Estivals, Jean Meyriat, Pierre Albert, Jean Guenot, Jean- Marie Bouvaist e Jacques Breton. Percebendo a “insuficiência da interpretação liberal” para a “compreensão dos circuitos do escrito e do documento”, o grupo adotou uma “explicação da sociologia marxista” (ESTIVALS, 1981, p.123). Inicialmente, o grupo se voltou para a própria definição de escrito ou de documento, identificando a existência de duas visões: uma essencialista, idealista, em que o conhecimento inscrito é visto como existindo por si; e outra, defendida por eles, denominada pragmática, em que o conhecimento existe a partir de um uso, da perspectiva de um usuário.

Eles analisam os diferentes circuitos do escrito (o lazer e o trabalho) e os diferentes



valores envolvidos neles (a gratuidade e a utilidade), não numa perspectiva “tecnicista e liberal”, mas buscando ver as funções sócio-políticas que cumprem, numa “teoria marxista para o escrito” (ESTIVALS, 1981, p. 135). Articulando os conceitos de infra-estrutura e super-estrutura, buscaram evidenciar que existe uma ligação entre a lógica da produção e circulação de bens culturais e a de bens culturais (como a produção literária e documental de uma sociedade).

Numa outra perspectiva, vários trabalhos buscaram realizar um empreendimento crítico em relação ao próprio trabalho do bibliotecário, incidindo reflexões sobre os processos de representação de livros e documentos. Dessa forma, diversos autores analisaram a natureza ideológica do ato de indexar (LUCAS, 2000), os critérios ideológicos dissimulados nos sistemas de classificação bibliográfica (BERMAN, 1993) e, principalmente, a própria ideia de “neutralidade” e “objetividade” presente nas reflexões sobre o trabalho bibliotecário (LEWIS, 2008).

## **5 O ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS**

Uma outra tradição de estudos se constituiu a partir da crítica tanto aos estudos funcionalistas como aos críticos, na medida em que ambos tendiam a ver apenas a ação das bibliotecas sobre a sociedade e os indivíduos, estes tomados apenas como seres passivos, meros receptáculos de informação. Foi no resgate ao papel de sujeitos ativos e no estudo de suas apropriações, suas diferentes necessidades e usos que se desenvolveu toda uma perspectiva de estudos – os estudos de usuários de bibliotecas.

Na verdade, a preocupação com os usuários está presente na Biblioteconomia desde os seus primórdios enquanto disciplina científica. Murison (1988) aponta que em 1697, na Inglaterra, Thomas Bray publicou seus *Essays towards promoting all necessary and useful knowledge, both divine and human, in all parts of his majesty's dominions*, obra que seria uma espécie de precursora de uma preocupação com o uso efetivo dos recursos (no caso, apenas os livros e documentos impressos) contidos nas bibliotecas.

Mas o passo seguinte, isto é, o estudo efetivo dos usuários, só foi dado no início do século XX, quando houve um grande interesse em se saber como e o que as pessoas liam, e qual o uso feito das bibliotecas em geral (FIGUEIREDO, 1994). Estes primeiros estudos foram executados principalmente por bibliotecários e docentes (entre os quais Butler, Waples,

Joeckel e Randall) ligados à *Graduate Library School* da Universidade de Chicago. Tais estudos tinham como foco os grupos sociais tomados em seu conjunto – daí serem normalmente denominados “estudos de comunidade”.

Os principais estudos desenvolvidos nessa linha se focaram nos hábitos de leitura e entre os principais achados estão a percepção de que os meios de comunicação de massa atendiam pouco às necessidades informativas das pessoas; de que as fontes mais buscadas eram os familiares e amigos; e de que o uso de bibliotecas e outros serviços profissionais de informação era muito baixo. Tais estudos, ainda, anteciparam algo que seria muito estudado nos anos seguintes: a chamada “lei do menor esforço”, isto é, o fato de que os usuários tendem a usar as fontes mais facilmente acessíveis em detrimento da qualidade da informação que elas contêm.

Nos anos seguintes, cada vez mais os estudos de usuários deixaram de priorizar os estudos de comunidades passando para o estudo de indivíduos específicos no espaço da biblioteca, tornando-se instrumento de diagnóstico e avaliação dos serviços bibliotecários e dos acervos, no escopo maior das atividades de planejamento das bibliotecas, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Diversos estudos promovidos nesse período buscaram estabelecer taxas de uso dos itens constantes dos acervos, índices de frequência à biblioteca, estatísticas de empréstimos, tempos de resposta toleráveis, entre outras. Tais dados eram frequentemente confrontados com variáveis de perfil dos usuários, na busca de estabelecimento de padrões de comportamento para os diferentes tipos de usuários.

Assim, dos estudos de comunidade, passou-se aos “estudos de uso” dentro da temática de “avaliação de coleções”. Apesar dos resultados muito contraditórios obtidos nas diversas pesquisas empíricas, foi possível acumular um certo conjunto de generalizações (FIGUEIREDO, 1994). Além disso, como consequência ou impacto destes estudos para as bibliotecas, verificou-se que, com base nos seus resultados, serviços de bibliografias, índices e resumos foram reformulados (de acordo com as necessidades expressas pelos usuários), e outros serviços foram criados - tais como a disseminação seletiva de informações, os serviços de alerta com base em perfis de usuários, entre outros (FIGUEIREDO, 1994).

Entre os estudos contemporâneos, destaca-se a abordagem construtivista<sup>4</sup> levada a termo por Carol Kuhlthau (2004), principalmente no âmbito das bibliotecas escolares. A partir

---

<sup>4</sup> O Construtivismo é uma forma de análise dos fenômenos humanos e sociais que destaca o fato de que a realidade não tem uma existência nela mesma – é, antes, produto da interação entre aspectos objetivos e a ação

de uma série de pesquisas empíricas, a autora empreendeu diversos estudos sobre como os estudam buscam e usam os recursos disponíveis na biblioteca, bem como as habilidades que e barreiras que interferem nesse processo. Com base nos resultados obtidos, a autora elaborou um modelo de comportamento informacional baseado em processo, em seis etapas, em que são analisados, ainda, os fatores cognitivos e emocionais atuantes em cada uma destas etapas.

Deve-se destacar também os estudos sobre usabilidade dos sistemas, estudos sobre acessibilidade (principalmente relacionadas a usuários com necessidades especiais) e ergonomia, entre outros (BLATTMANN; BORGES, 1998; MAZZONI et al, 2001; BLATTMANN; FRAGOSO, 2003; PAULA; CARVALHO, 2009).

Numa avaliação global sobre as relações entre estudos de usuários e o restante do conhecimento biblioteconômico, é pertinente resgatar a ideia de Asta e Federighi de uma preocupação em acabar com as “bibliotecas inúteis”, fazendo com que a incorporação de estudos de usuários ao campo de conhecimento da Biblioteconomia ajude a livrar as bibliotecas de um certo “encarceramento”, ajudando-as a “sair de si mesmas” (ASTA; FEDERIGHI, 1998, p. 7).

## 6 ESTUDOS SOBRE REPRESENTAÇÃO

As questões relacionadas com a descrição e a organização estão na origem mesma da fundação do campo da Biblioteconomia, com as regras de catalogação e os sistemas de classificação bibliográfica surgidos ainda no século XIX. Tem aí origem o campo normalmente designado por “Tratamento da informação”.

Na área de catalogação, foram realizados importantes avanços na criação de instrumentos internacionais de formatos de registros de dados bibliográficos, controle de autoridade, pontos de acesso e remissivas para os vários tipos de materiais. Em 1961, numa conferência em Paris, e sob a égide da IFLA (*International Federation of Library Associations*), foram estabelecidos os princípios que, desde então, passaram a nortear a prática catalográfica. Em conformidade com tais princípios, foi publicada em 1969 a primeira edição das *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR), código catalográfico que passou a ser internacionalmente adotado. Nos anos 1970, sob a ação da IFLA, foi desenvolvida a ISBD (*International Standard Bibliographic Description*) e, em 1978, foram revistas as regras de

---

do sujeito que conhece. Sua origem remonta, na Psicologia, aos trabalhos de Jean Piaget e, na Sociologia, a autores como Schutz, Berger e Luckmann.

catalogação de acordo com essa norma internacional, sendo publicada uma segunda edição, conhecida como AACR2.

Com a necessidade de elaboração de normas legíveis por computador, em 1969 foi criado pela *Library of Congress* o formato MARC (*Machine Readable Cataloging*) para troca de registros bibliográficos. Na evolução do que ficou conhecido como “metadados”, surgiu ainda o padrão *Dublin Core*, elaborado a partir do envolvimento de várias entidades sob a liderança da OCLC. Atualmente, o maior avanço no campo é o modelo de entidade-relacionamento FRBR (*Functional Requirements for Bibliographic Records*), desenvolvido pela IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*). Voltada para a recuperação e acesso no campo de bibliotecas e bases de dados digitais, consiste mais num modelo conceitual do que um código de catalogação. Sua evolução ocorreu com a criação do FRAD (*Functional Requirements for Authority Data*) e do FR SAR (*Functional Requirements for Subject Authority Records*).

É no campo das classificações bibliográficas, contudo, que mais houve produção científica. Buscando promover classificações sistemáticas, lógicas, que refletissem de modo crítica e filosófico sobre os elementos de ligação que servem para a reunião de conceitos as teorias e sistemas formulados foram buscar na lógica aristotélica as primeiras contribuições, a partir de conceitos como gênero, espécie, diferença, propriedade e acidente. Tais noções estão na base da definição de classificação como hierarquia e foram fundamentais na formulação dos primeiros sistemas de classificação bibliográfica, universais e hierárquicos.

Na primeira metade do século XX, surgiu uma outra concepção de classificação: a teoria da classificação facetada, desenvolvida por Shiyali Ramamrita Ranganathan na década de 1930, na Índia. Enquanto refletia sobre a questão da classificação, Ranganathan percebeu, na época em que estudou na Inglaterra, que a CDD era largamente utilizada, mas freqüentemente adaptada e modificada. Quando, a partir de 1931, começou a compor um novo sistema, idealizou uma estrutura bem mais elástica do que as já existentes, isto é, que permitisse a síntese, o agrupamento de vários componentes para a especificação do assunto. Para isso, adotou o uso de dois pontos como símbolo para correlacionar idéias diferentes. Sua classificação, a *Colon Classification*, foi publicada em 1933.

Mais importante do que o produto (o sistema de classificação em si) foi o princípio que animou sua construção: o conceito de “faceta”, definida como “a totalidade das subdivisões resultantes da aplicação de uma única característica” (PIEDADE, 1977, p. 22). A

utilização do termo “faceta” não implica apenas uma mudança terminológica, mas uma mudança na concepção do processo classificatório.

Aplicado pela primeira vez na *Colon Classification*, o princípio de classificação facetada foi sendo aperfeiçoado a cada nova edição da Colon até que, em 1952, a quarta edição apresentou pela primeira vez as cinco categorias fundamentais, válidas para qualquer área do conhecimento, conhecidas como PMEST: personalidade (P), matéria (M), energia (E), espaço (S do inglês *space*) e tempo (T). O impacto mundial das teorias de Ranganathan foi possível a partir da sua apropriação no contexto inglês. Em 1948 foi fundado, em Londres, o *Classification Research Group* (CRG), que passou a defender a utilização das classificações facetadas, criando inclusive diversas classificações especializadas, isto é, para campos específicos do conhecimento (FOSKETT, 1962).

Nos anos seguintes, diversos campos e setores de pesquisa estabeleceram diálogo ou se apropriaram dos princípios da teoria da classificação facetada, tais como a metodologia para a construção de tesouros facetados de Aitchison e Gilchrist, a Teoria do conceito de Dahlberg, os estudos em montagem de bases de dados especializadas e automatizadas de Neelameghan, a abordagem dos *boundary objects* desenvolvida por Albrechtsen e Jacob, as pesquisas em estruturas de classificação de Kwasnik e o mapeamento de sentenças e uso de tabelas de classificação para a evidenciação de facetas por Beghtol.

Tais questões estiveram fundamentalmente relacionadas também nos desenvolvimentos posteriores das linguagens de indexação, instrumentos relacionados com a apresentação de termos e frases para expressar o assunto contido nos documentos, principalmente a partir da década de 1950, quando começaram a ser pensados em instrumentos para o novo contexto automatizado. Entre os exemplos de desenvolvimento deste campo estão o sistema PRECIS, criado por Austin e a indexação relacional de Farradane, na Inglaterra. Na França, Gardin e seu grupo elaboraram o SYNTOL (*Syntagmatic Oriented Language*), sistema que permitia uma indexação sintática com o auxílio do computador. Nos Estados Unidos, foram realizadas pesquisas pioneiras sobre a aplicação de indicadores de funções no sistema da *Western Reserve University*. Na Índia, sob forte inspiração filosófica, foi criado o sistema POPSI por Battacharrya.

## 7 PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Dentro das abordagens contemporâneas em Biblioteconomia, destacam-se três grandes tendências que, embora possam ser separadamente identificadas, possuem vários elementos em comum.

A primeira delas é a que se apresenta sob a designação de “Mediação”, promovendo uma alteração estrutural do conceito de biblioteca, sendo esta considerada “menos como ‘coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados’ do que como assembléia de usuários da informação” (FONSECA, 1992, p. 60). Assim, a ideia de mediação sofreu uma mudança, enfatizando menos o caráter difusor (de transmissão de conhecimentos) e mais o caráter dialógico da biblioteca. Há uma influência das ideias de Paulo Freire: a ideia de mediação passou a definir-se não como algo coadjuvante, mas “interferindo em seu próprio objeto”. A mediação aparece como uma interferência intencional, “em oposição ao pensamento hegemônico que sustenta a imparcialidade e a neutralidade” do bibliotecário (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93).

Nesta mesma linha, Perrotti e Pieruccini (2007) apontam os três “paradigmas” por que passaram as bibliotecas: o primeiro, da conservação cultural (centrado na organização, no tratamento técnico dos acervos); o segundo, da difusão cultural (com ações voltadas para o acesso e o uso da informação); e o terceiro, da apropriação cultural (em que o usuário ganha uma relevância maior, e a biblioteca se converte em dispositivo de mediação cultural). As bibliotecas, assim, deixaram de ser simples artificios de transferência de conteúdos informacionais para se constituírem em verdadeiros dispositivos produtores de sentidos, tendo os usuários como sujeitos ativos do processo.

A segunda vertente se desenvolveu a partir do conceito de “*Information Literacy*”, surgido nos EUA, em 1974. Formulado por Zurkowsky, inicialmente se relacionou com o ambiente empresarial, como competência para o uso da ampla variedade de recursos informacionais disponíveis para a solução de problemas no trabalho. Dois anos depois, Hamelink e Owens o vinculavam à questão da cidadania, correlacionando-o com a prática de tomar decisões relativas à responsabilidade social. Foi no campo educacional, contudo, que o conceito foi problematizado, como um “esforço da classe bibliotecária para ampliar seu papel dentro das instituições educacionais” (CAMPELLO, 2003, p. 28).

Conforme Campello (2003), as teorias e ações em torno do campo da Competência Informacional (ou Literacia Informacional) tiveram como antecedentes os serviços de referência e a educação de usuários, e se constituíram a partir de discursos estruturados em quatro aspectos: as questões relacionadas com a sociedade da informação; as teorias educacionais construtivistas; a tecnologia da informação; e o papel do bibliotecário. Para a autora, esse é um dos mais importantes sintomas das “mudanças por que tem passado a biblioteconomia” (CAMPELLO, 2003, p. 28). Para o bibliotecário, representa uma profunda mudança, já que este passa a agir como um agente educacional, um mediador do aprendizado, centrando foco nos processos de aprendizado. A biblioteca também se modifica, de repositório de informações e prestadora de serviços para uma organização aprendente, provocadora de mudanças nas instituições em que se situam.

Por fim, a terceira vertente é a dos estudos sobre as bibliotecas eletrônicas ou digitais, com todas as implicações em termos de acervos, serviços e dinâmicas relativas a essa nova condição (ROWLEY, 2002). A chegada das tecnologias digitais trouxe toda uma reconfiguração da própria estrutura dos produtos e serviços bibliotecários e, mais recentemente, destaca-se o impacto específico das discussões sobre a web 2.0. Conforme Furtado (2009), em 2005 Michael Casey criou o termo “*library 2.0*”, fruto da junção de *web 2.0* e biblioteca, destacando assim a aplicação, na biblioteca, dos princípios e ferramentas da *web 2.0*. Há, assim, uma profunda “mudança na relação usuário, informação e biblioteca” (FURTADO, 2009, p. 136): mais que oferecer novos serviços e produtos com as tecnologias digitais, é a relação com o usuário que muda e o papel da biblioteca deixa de ser apenas de disponibilizar as informações de seu acervo, mas sim permitir que todos participem na construção dos conteúdos que todos vão usar.

Nessa mesma linha, Lankes (2011) propõe uma *New Librarianship*, na qual o papel dos bibliotecários seria ajudar no progresso das sociedades facilitando a produção de conhecimentos nas várias comunidades. Essa mudança na questão da mediação da biblioteca também vindo sendo compreendida a partir do conceito de esfera pública (VENTURA, 2002), como local a proporcionar condições de envolvimento e participação por meio do acesso à informação.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro levantado neste texto está longe de ser exaustivo. Muitos outros autores e perspectivas poderiam ter sido levantados, analisados e tensionados. Contudo, elegendo aqueles que tiveram maior impacto na consolidação científica da Biblioteconomia, buscou-se priorizar a sistematização das diferentes contribuições.

Tal sistematização permite ver como o campo da Biblioteconomia é amplo e abrangente, abarcando diferentes questões, aspectos, problematizações. Essa diversidade não representa um problema para o campo - ela não é sinônimo de fragmentação e sim de pluralidade, dinamismo e complexidade. A Biblioteconomia mostra-se, por um lado, consolidada em suas escolhas e princípios já seculares; ao mesmo tempo, mostra-se e dinâmica e flexível em direção a novas abordagens e capaz de se adaptar às condições históricas, culturais, epistemológicas e tecnológicas contemporâneas.

---

### Theoretical schools of librarianship

**Abstract:** Library Science was formed, as a scientific discipline, in the late nineteenth century, from the consolidation of a model that valued custody collections in libraries and the principles of cataloguing and classification. It was with the development of theories and research in the twentieth century, systematized in four axes, that Library Science has expanded its scope of studies. As a result of this expansion, there are contemporary perspectives as mediations, literacy and technologies.

**Keywords:** Library Science. Epistemology of Library Science; Theoretical currents of Library Science.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ARAÚJO, V. M. H. **Sistemas de recuperação da informação**: nova abordagem teórico-conceitual. Rio de Janeiro, 1994. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ASTA, G.; FEDERIGHI, P. **El público y la biblioteca**: metodología para la difusión de la lectura. Gijón: Trea, 1998.

BERMAN, S. **Prejudices and antipathies**: a tract on the LC subject heads concerning people. Jefferson: MacFarland & Co., 1993.



BLATTMANN, U., BORGES, I. Ergonomia em biblioteca: avaliação prática. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v.3, n.3, p. 45-62, 1998.

BLATTMANN, U.; FRAGOSO, G. M. **O zapear a informação em bibliotecas e na internet**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BRITO, E. et al. Biblioteca Municipal de Olinda e sua ação cultural: observação de uma experiência. **Rev. da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 12, n. 2, p. 170-204, set. 1983.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003.

CHARTIER, R. **As utilizações do objecto impresso (séculos XV-XIX)**. Algés: Difel, 1998.  
ESTIVALS, R. A dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 10, n. 2, p. 121-152, set. 1981.

FIGUEIREDO, N. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Rev. Esc. Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 145-169, set. 1983.

FONSECA, E. N. **Introdução à biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992.

FONSECA, E. N. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

FOSKETT, D.J. The classification research group: 1952-1962. **Libri**, v. 12, n. 2, p. 127-138, 1962.

FURTADO, C. Bibliotecas escolares e a web 2.0: revisão de literatura sobre Brasil e Portugal. **Em Questão**, v. 15, n. 2, p. 135-150, jul./dez. 2009.

KUHLTHAU, C. **Seeking meaning: a process approach to library and information services**. London: Libraries Unlimited, 2004.

LANKES, D. **The atlas of new librarianship**. Cambridge: MIT Press, 2011.

LASSO DE LA VEGA, J. **Manual de biblioteconomia: organización tecnica y científica de las bibliotecas**. Madri: Mayfe, 1952.

LEWIS, A. **Questioning library neutrality: essays from progressive librarian**. Londres: Library Juice Press, 2008.

LÓPEZ CÓZAR, E. **La investigación en biblioteconomía y documentación**. Gijón: Trea, 2002.

LÓPEZ YÉPES, J. (Org). **Manual de ciencias de la documentación**. Madrid: Pirámide, 2006.

LUCAS, C. **Leitura e interpretação em biblioteconomia**. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

MAZZONI, A. et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. *Ciência da Informação*, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio-ago. 2001.

MILANESI, L. **A casa da invenção**: biblioteca como centro de cultura. São Paulo: Ateliê, 1997.

MURISON, W.J. **The public library**: its origins, purpose and significance. Londres: Clive Bingley, 1988.

NUNES, H. **Da biblioteca ao leitor**: estudos sobre a leitura pública em Portugal. Braga: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1996.

PAULA, S.N.; CARVALHO, J.O. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. *Ciência da Informação*, v. 38, n. 3, p. 64-79, set./dez. 2009.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M.; FUJINO, A.; NORONHA, D. (Orgs). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2007, p. 47-96.

REBELO, C. A. **A difusão da leitura pública**: as bibliotecas populares (1870-1910). Porto: Campo das Letras, 2002.

ROWLEY, J. **A biblioteca eletrônica**. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.

SHERA, J. **Introduction to library science**. Littleton: Libraries Unlimited, 1976.

SOUZA, R. Organização do conhecimento. In: TOUTAIN, L. (Org). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EdUFBA, 2007, p. 103-123.

VENTURA, J. **Bibliotecas e esfera pública**. Oeiras: Celta, 2002.

---

Informações sobre o autor

Carlos Alberto Ávila Araújo  
casalavila@yahoo.com.br

Professor adjunto da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Pós-doutor pela Universidade do Porto. Doutor em Ciência da Informação.



Artigo recebido em 16/03/2013 e aceito para publicação em 10/08/2013.